

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-Graduação Latu Sensu
Especialização em Linguagens Artísticas, Cultura e
Educação**

Campus Nilópolis

Leticia Mello de Souza Nascimento

A JUVENTUDE E A APROPRIAÇÃO DA CIDADE: Rodas culturais
na Baixada Fluminense

Nilópolis – RJ

2018

Leticia Mello de Souza Nascimento

A JUVENTUDE E A APROPRIAÇÃO DA CIDADE: Rodas culturais na Baixada Fluminense

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como parte dos requisitos
necessários para a obtenção do título de
especialista em Linguagens Artísticas,
Cultura e Educação.

Orientador Prof. Dr Fernando Ribeiro Gonçalves Brame

Instituto Federal do Rio de Janeiro

Nilópolis – RJ

2018

CIP - Catalogação na Publicação

N244j Nascimento, Leticia
A JUVENTUDE E A APROPRIAÇÃO DA CIDADE : rodas culturais
na Baixada Fluminense / Leticia Nascimento. -- Nilópolis, 2018.
50 f. ; 30 cm.

Orientação: Fernando Brame.

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) --Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro,
Especialização em Linguagens Artísticas, Cultura e Educação, 2018.

1. Juventude. 2. Baixada Fluminense. 3. Rodas Culturais. 4. Hip
Hop. 5. Direito à Cidade. I. Título.

Elaborado pelo Módulo Ficha Catalográfica do Sistema Intranet do
IFRJ - Campus Volta Redonda e Modificado pelo Campus
Nilópolis/LAC, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Bibliotecária: Josiane B. Pacheco CRB-7/4615

Leticia Mello de Souza Nascimento

A JUVENTUDE E A APROPRIAÇÃO DA CIDADE: Rodas Culturais na Baixada Fluminense.

Trabalho de conclusão de curso apresentado como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de especialista em Linguagens Artísticas, Cultura e Educação.

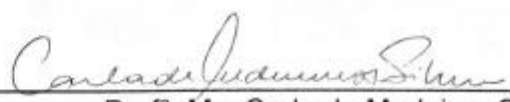
Data de aprovação: 14 de dezembro de 2018



Prof. Dr. Fernando Ribeiro Gonçalves Brame (orientador)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro



Prof. Dr. João Luiz Guerreiro Mendes
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro



Prof^a Ms. Carla de Medeiros Silva
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

Nilópolis-RJ
2018

DEDICATÓRIA E AGRADECIMENTO

Agradeço ao Partido dos Trabalhadores, ao presidente Lula, à Presidenta Dilma e ao Ministro da Educação responsável pela expansão dessa instituição de ensino, Fernando Haddad;

Ao Instituto Federal de Educação, seu corpo docente e a administração, pela oportunidade de estudar em um curso de pós-graduação público e de qualidade;

Ao meu orientador, professor Dr Fernando Brame, pela paciência e solidariedade;

À minha família, ainda que não compreendam o caminho acadêmico, me apoiaram dentro das suas possibilidades;

Ao meu amigo amado Jairo, que sempre acreditou em mim e nas minhas potencialidades, por me incentivar e ajudar a não desistir;

Em especial, dedico esse trabalho aos cinco jovens negros, pobres, organizadores de rodas culturais, MCs, DJs e Bboys, também militantes das causas populares e professores de hip hop em projetos sociais, que foram brutalmente assassinados em Maricá no ano de 2018:

Matheus Bittencourt, 18 anos. Era DJ e organizava a Roda Cultural Darcy Ribeiro, realizada de quinze e quinze dias em Itaipuaçu.

Marco Jonathan, 17 anos. Era Bboy e participou de projetos da Prefeitura voltados para o ensino do hip hop para crianças. Ganhou o duelo do passinho e se preparava para ser MC.

Sávio Oliveira, 20 anos. Era rapper, produtor e mestre de cerimônia das batalhas de rimas. Estava gravando um CD de hip hop com os amigos ligados ao movimento.

Matheus Baraúna, 16 anos. Era membro da Nação Hip Hop e, junto com Marco Jonathan e Patrick da Silva, faziam parte da Roda do Bronx. A roda era direcionada às crianças com idades de entre 8 e 10 anos.

Patrick da Silva. Membro da Roda Cultural do Bronx, no Conjunto Habitacional Carlos Marighella.

“Tentando dar o meu melhor na minha pior fase

Sabe como é, menor?

Feridas se curam com o tempo, não com gaze

E quando ganhei meu dinheiro, perdi a base

Logo eu, que fiz grito pros excluídos

Chegar aqui de onde eu vim

É desafiar a lei da gravidade

Pobre morre ou é preso nessa idade...”

Djonga – Junho de 94

NASCIMENTO, Leticia. A juventude e a apropriação da cidade: Rodas culturais na Baixada Fluminense. Trabalho de conclusão de curso. Programa de Pós-Graduação Especialização em Linguagens Artísticas, Cultura e Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Nilópolis, Nilópolis, RJ, 2018

RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo apresentar algumas reflexões produzidas a partir de investigações acerca dos processos socioculturais e das intertextualidades que relacionam as especificidades da juventude, a Baixada Fluminense, o direito à cidade e a cultura do hip hop com ênfase nas rodas culturais. Busca compreender as concepções e estratégias destes jovens em seu movimento de apropriação e uso da cidade, na produção e fruição dos seus mecanismos de arte e cultura e suas maneiras de existir e resistir no espaço citadino. Pretende-se também entender como as linguagens artísticas fazem parte desse movimento por apropriação do espaço urbano por jovens que vivenciam a realidade desta região não central que acumula problemas sociais.

Palavras chave: Baixada Fluminense. Juventude. Apropriação da Cidade. Cultura.

SUMMARY

The objective of this paper is to present some reflections produced through investigations around social-cultural processes and intertextuality related to youth specifications, Rio de Janeiro Suburbs, the right to the city and hip hop culture, emphasizing on cultural circles. It looks to understand the conceptions and strategies of these young-adults and teenagers in your movement of appropriation and uses of the city, production and fruition of their artistic and cultural mechanisms, their way of existence and resistance in day-to-day places. Intend to also, understand how artistic expressions are use as part of these movements of appropriations of urban sites by the youth whom lives the reality of this uncentered space full of social problems.

Key Words: Rio de Janeiro Suburbs. Youth. City Appropriation. Culture.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPITULO I – CIDADE	12
1.1 Subúrbio e periferia	18
1.2 Espaço Habitado	20
CAPITULO II – BAIXADA FLUMINENSE	24
CAPITULO III – JUVENTUDE	28
CAPITULO IV – O MOVIMENTO HIP HOP E AS RODAS CULTURAIS	33
4.1 RCPS – Roda Cultural da Praça do Skate	36
CONCLUSÃO	44
BIBLIOGRAFIA	46

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se desenvolve a partir de uma abordagem que se dispõem a investigar as relações entre as concepções de cidade, juventude, cultura e o movimento hip hop, valorizando os processos culturais da juventude e seu processo de habitar a cidade. Desta forma, o presente trabalho observará as estratégias juvenis cotidianas em busca da apropriação do espaço da cidade a fim de existir e resistir às premissas impostas por uma sociedade normatizadora e adultocentrada.

Para compreender as cidades do nosso tempo, é necessário, de antemão, compreender como esses lugares são construídos e se solidificam. As cidades e o espaço urbano são construções que se desenvolvem social, política, econômica e culturalmente. Esta pesquisa fará uma observação dos processos de consolidação das cidades, para assim analisar as complexidades do território deste estudo – a Baixada Fluminense – que é uma região múltipla, diversa e específica, que abarca em seu perímetro, áreas urbanas, rurais, periferias, subúrbios, favelas e centros. Além de diferentes grupos étnicos, culturais, religiosos, classes sociais, etc.

As formas de existir, perceber e construir o espaço urbano se dão por distintas perspectivas, sendo estas influenciadas tanto pelo contexto social e econômico quanto pelas especificidades de cada grupo vigente na sociedade. As particularidades e os acúmulos coletivos dos grupos sociais são componentes fundamentais para a análise de suas experiências citadinas. Os sujeitos desta pesquisa são os jovens moradores da região da Baixada Fluminense que pertencem, consomem e/ou constroem o movimento hip hop, mais especificamente, as Rodas Culturais.

A juventude é um período da vida repleta de complexidades. A forma pela qual nossa cultura julga o período juvenil o define enquanto um estágio de transição para a fase adulta e para o mercado de trabalho, a partir de premissas de normatização impostas pelos adultos e pelas instituições formais, destinando aos jovens o local de deslegitimidade social. No entanto, a juventude é um período pulsante e de grande movimento. Os jovens encontram estratégias de existência, legitimação e fruição nas organizações coletivas e, com isso, constroem formas de diálogos e estratégias de experimentação do mundo.

As Rodas Culturais são espaços de socialização da juventude e são construídas em um movimento de apropriação e uso do espaço da cidade, em unidade com os movimentos de produção e fruição das linguagens artísticas que compõem o

Hip hop. Para esses jovens, garotos e garotas moradores de diferentes municípios da Baixada Fluminense, as Rodas Culturais são espaços – de acordo com as entrevistas – de trocas de experiências, para encontrar os amigos, falar sobre as mesmas coisas e os gostos em comum, de ouvir música, andar de skate, sair de casa, grafitar e pichar, dançar, namorar, esquecer das cobranças das instituições e dos adultos.

O percurso metodológico

As considerações, análises e descobertas desta pesquisa foram elaboradas com bases no eixo teórico e metodológico das ciências sociais, especificadamente da sociologia, antropologia, geografia e os estudos da cultura. O levantamento de dados foi realizado através de análise bibliográfica, observação participante e entrevistas.

No que se refere aos estudos sociais de grupos, percebemos, nas ciências sociais, a comum característica da submersão do pesquisador no contexto sociocultural estudado. Desta forma, a pesquisa de campo foi parte fundamental para a construção desse trabalho, pois, a convivência, observação das experiências vividas e o empirismo são fundamentais para a construção do pensamento crítico.

Enquanto sujeito observador, há certa comodidade ao analisar o “outro” e o “diferente”, no entanto, ao nos propormos a realizar uma autoanálise ou análise do grupo social ao qual pertencemos, tal ação nos causa certo desconforto e dificuldade. Gilberto Velho (1981), no que se refere à pesquisa antropológica, destaca que apesar de haver pesquisadores que consideram a necessidade do distanciamento total do pesquisador e os objetos e sujeitos da pesquisa para que haja neutralidade, não há consenso sobre essa premissa no meio acadêmico. De acordo com o autor, “a noção de que existe um envolvimento inevitável com o objeto de estudo e de que isso não constitui defeito ou imperfeição já foi clara e precisamente enunciada” (Velho, 1981). Desta forma, foi necessário que, enquanto pesquisadora e jovem moradora da Baixada Fluminense e frequentadora das Rodas Culturais, me distanciasse do objeto da pesquisa, ainda que este faça parte das minhas relações cotidianas, porém, sem desconsiderar as minhas experiências vividas e acúmulos empíricos. Como sugere Velho (1981), é necessário transformar o familiar em exótico e o exótico em familiar.

Foote Whyte (1980) é uma das principais referências para as contribuições metodológicas no que se aplica à observação participante. O autor ressalta que os indivíduos são protagonistas dos processos, mudanças e invenções dentro do seu contexto social. Apesar da diferença entre esta experiência de pesquisa¹ e a de Foote Whyte, que, enquanto pesquisador, ao se aproximar da comunidade italiana de

¹ Eu, autora do presente trabalho, também me encontro enquanto membro do objeto de pesquisa pois frequento as rodas culturais e consumo a produção artística e cultural do movimento hip hop.

Corneville (Chicago, EUA) precisava ser aceito pelos sujeitos desse espaço, existem semelhanças no que tange à legitimação do processo do estudo pelo grupo pesquisado. Sob essa perspectiva, compreende-se, assim como o autor, a necessidade de uma proximidade com indivíduos a serem estudados, já que um dos pontos-chave da pesquisa se concentra na observação da construção dos processos, de organismos e relações sociais no contexto das rodas culturais.

Esta pesquisa não tem a pretensão de definir ou classificar as rodas culturais e as linguagens que compõem esse movimento pela perspectiva artística. Esse estudo tem a intenção de desenvolver uma análise sociocultural das relações destes sujeitos e o espaço vivido. Não só a partir das observações e da bibliografia, mas pretendeu-se construir uma reflexão a partir da narrativa, da “voz” dos indivíduos. Para isso, foram realizadas dez entrevistas qualitativas pré-estabelecidas, com o objetivo de delinear e sistematizar os dados e informações de forma a compreender as relações estabelecidas por estes sujeitos juvenis e suas ambientalidades no espaço citadino. Foram entrevistados cinco garotas e cinco garotos frequentadores das rodas culturais e que habitam a Baixada Fluminense.

CAPITULO I - CIDADE

Henry Lefebvre nasceu em 1901 na França, foi sociólogo e filósofo formado pela Universidade de Paris. Lefebvre, estudioso dos pensamentos de Marx, Hegel e Nietzsche, foi o teórico criador do termo “Direito à Cidade” e um dos principais autores que produziram conhecimento sobre sociologia urbana, como o acesso à vida na cidade e a ação das forças produtivas sobre o espaço. Sua obra conta com mais de 70 livros, dos quais se destacam “Direito à Cidade” de 1968, “A Revolução Urbana” de 1970 e “A produção do Espaço” de 1974, onde o autor aborda a produção e reprodução do espaço urbano como local de contradições e conflitos possibilitados pelos interesses do sistema capitalista, porém, compreende também que as cidades se fazem de e por pessoas, grupos e relações humanas.

Essa breve apresentação se faz necessária, pois, em extensa maioria, os estudiosos e teóricos da sociologia urbana e da geografia humana que sucederam a década de 1960, são orientados pela produção de conhecimento de Lefebvre. E, embora, sua obra tenha sido vastamente lida à época em que foi produzida, não despertou tanto interesse aos pensadores contemporâneos, porém, como afirma Schmid (2012), hoje, após o processo que o autor nomeia de “virada espacial” e as novas configurações espaço-temporais trazem de volta – para além da geografia, mas para as ciências sociais e humanas – as teorias de produção do espaço de Lefebvre.

Herdeiro de Marx e Hegel, Lefebvre cria, a partir da crítica filosófica ao materialismo dialético (que inclui os estudos de Nietzsche sobre subjetividade) o conceito de Dialética Tridimensional. Baseado nos estudos de Marx sobre os processos sociais e nos estudos de arte de Nietzsche, em uma perspectiva ampla, a dialética de Lefebvre pode ser compreendida como “a contradição entre pensamento social e ação social, suplementada pelo terceiro fator do ato criativo e poético.” (Schmid, 2012, p 31). A dialética tridimensional é empregada para além de conceituar os processos de produção do espaço citadino. Lefebvre a utiliza para compreender como se dão os mais diversos fatores de produção da sociedade e das relações sociais.

Esta tríade pragmática construída por Lefebvre (2001) aponta para um conjunto de conceitos que funcionam em consonância na construção do espaço. Sendo eles: o espaço concebido, o espaço vivido e o espaço percebido. O espaço concebido corresponde a prática espacial e entende a cidade como obra e produto das relações sociais que são materializadas e acumuladas através da técnica e da estratégia do trabalho humano ao longo do tempo histórico; o espaço vivido corresponde às

representações do espaço e é caracterizado por descrições, definições e teorias que mostram a cidade como um lugar de expressão e significação da vida cotidiana, de representações dos diversos grupos que nela habitam e/ou atuam e lugar também da existência coletiva e sociabilidade; e o espaço percebido é o conceito que aborda a construção simbólica do espaço, o processo de significação que conecta ao material, um conjunto de formas, estruturas e funções que foram definidas historicamente, sendo assim um lugar de ocorrência de atividades sociais e produtivas. É a percepção sensorial da materialidade dos elementos que compõem o espaço.

A observação dialética da sociedade é construída pelo entendimento de que a realidade social é marcada por contradições e que somente pode ser entendida por meio da compreensão dessas contradições. (Schmid, 2012, p. 92). Lefebvre (2001) rompe com a narrativa generalizada que entende o espaço – a cidade e o urbano – como uma realidade material que existe em si mesma. O espaço dos homens e mulheres não existe como algo criado por um ser divino, não são coisas definidas e imutáveis, nem tão pouco metafísicas. O autor afirma que o espaço é um produto social, atado fundamentalmente à realidade social, aspecto integral da prática dos seres humanos. Milton Santos (2014) em acordo com Lefebvre, afirma que “a produção do espaço é resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço por meio dos objetos naturais e artificiais.” (p. 70). Milton Santos (2014) afirma ainda que o espaço é “o mais interdisciplinar dos objetos concretos”.

[...] a cidade é obra a ser associada mais com obra de arte do que com o simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução dos seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. (LEFEBVRE, 2001, p. 52)

Lefebvre (2001) afirma que a industrialização caracteriza a sociedade moderna, mas o processo de industrialização que se constitui nos últimos dois séculos não configura a sociedade enquanto industrial. Para além disso, o autor assinala que as problemáticas do urbano e da urbanização da nossa época são efeitos induzidos pela nova realidade social que surge a partir da industrialização, mas a cidade não nasce neste processo. Deste modo, para compreendermos a cidade do nosso tempo, precisamos compreender os processos que a precederam.

A cidade é reflexo da sociedade que a constrói, em constante movimento de construção e desconstrução. A cidade preexiste à industrialização e, como afirma Lefebvre (2001), já possui poderosa realidade antes do nascimento do capitalismo

concorrencial e da burguesia especificamente industrial. O autor cita alguns exemplos de cidades que precederam a industrialização:

As criações urbanas mais eminentes, as obras mais “belas” da vida urbana (“belas” como geralmente se diz, porque são antes obras do que produtos) datam de épocas anteriores à industrialização. Houve a cidade oriental (ligada ao modo de produção asiática), a cidade arcaica (ligada à posse de escravos), depois a cidade medieval (numa situação complexa: inserida em uma realidade feudal mas em luta contra a feudalidade da terra). A cidade oriental e arcaica foi essencialmente política: a cidade medieval, sem perder o caráter político, foi principalmente comercial, artesanal, bancária. (Lefebvre, 2001, p 11).

Em acordo com Lefebvre, Pires (2015) apresenta que não existe apenas uma definição de cidade, por isso torna-se difícil a apresentação de um conceito que dê conta de explicar as inúmeras adjetivações que a acompanham. A autora apresenta algumas dessas adjetivações em sua pesquisa sobre jovens na cidade.

Em consulta à bibliografia disponível sobre o assunto, foi possível identificar a cidade concebida/problematizada sob diferentes tendências teórico-metodológicas e várias perspectivas como: cidade medieval, cidade renascentista, cidade colonial, cidade pré-industrial, cidade industrial, cidade portuária, cidade global, cidade grande, cidade média, cidade pequena, megacidade, metrópole, metápolis, cidade verticalizada, cidade horizontal, cidade pós-moderna, cidade informacional, cidade digital, cidade líquida, cidade nodal, cidade-rede, cidade satélite, cidade imaginária, cidade turística, cidade sustentável. (PIRES, 2015, p. 160)

Lefebvre inicia seu livro “Direito à Cidade” descrevendo a formação das cidades desde a antiguidade. Segundo o autor, se a cidade grega era antes pautada pela política, aos poucos, em um movimento dialético, vai perdendo seu sentido exclusivamente político. Nesses centros urbanos, que em suma são centros de vida social e política, já existe riqueza monetária, porém as cidades não acumulam apenas riquezas, mas também conhecimento, técnicas e obras de arte.

A partir do crescimento da agricultura e da queda dos feudos, a cidade começa a intensificar a troca e o acúmulo da riqueza e a apoiar a libertação das comunidades camponesas, que, segundo Lefebvre (2001), não o fazem sem gerar proveito em benefício próprio. O processo de industrialização acelerou o êxodo rural e o crescimento populacional no espaço urbano, a consolidação do comércio e, nesse momento, a cidade possui circuitos de trocas e redes que permitem a transferência de dinheiro. “Quando a industrialização vai começar, com a preeminência da burguesia específica (os “empresários”), a riqueza já deixou de ser principalmente imobiliária.” (Lefebvre, 2001, p12). Nesse processo de transformação social e econômica, quando

os comerciantes se tornam a classe dominante, as riquezas já deixaram de ser principalmente as terras e se tornaram também bens móveis (produtos).

Os processos de composição, decomposição e recomposição dos territórios acentuaram-se durante o século XVIII com a Revolução industrial, tornada possível também graças aos progressos realizados na agricultura. Na metade desse século, houve uma convergência de fatores culturais que provocaram transformações jamais vistas até o momento. (Raffestin, 2008, p23)

Essas transformações econômicas, sociais e culturais, que as cidades foram arenas, subsidiaram o processo de industrialização. Moreira (2016) salienta que o processo de industrialização foi motor para diversas mudanças no espaço da cidade. Para o autor, a cidade que se transforma e se constitui agora é reflexo de como a sociedade se organizou nesse período, seguindo o ritmo da indústria. Raffestin (2008) afirma que a nova sociedade que se define a partir do processo industrial segue seis princípios, que apesar de já existentes outrora, se redefinem. Sendo eles: centralização, verticalização, concentração, mediação, heterogeneidade e mecanização.

Raffestin (2008) descreve que a **centralização** é o processo pelo qual as cidades vão atraindo as atividades e os sujeitos, aumentando a população e o comércio, se tornando centro da vida social. A partir da centralização surge a necessidade da **verticalização**, que é reflexo da “teoria da renda da terra” que, de acordo com o autor, representa explorar ao máximo cada metro quadrado de terra e concentrar nas cidades sempre mais habitantes e atividades. A **concentração** intensifica-se graças aos avanços tecnológicos oriundos da sociedade industrial, fazendo com que a relação de tempo e espaço se modificassem, permitindo que pessoas tivessem acesso com mais facilidade a produtos e lugares. A **mediação** se define com o estabelecimento de relações com as transformações velozes das técnicas, paisagens, estruturas agrárias e as cidades. A **heterogeneidade** se configura a partir da consequência da presença de sujeitos de diferentes lugares, culturas e saberes habitando os mesmos espaços na cidade. Por fim, a **mecanização**, característica fundamental das transformações do período industrial, é responsável pelos avanços no campo e na cidade, possibilitando a expansão e aprimoramento da agricultura, o avanço dos transportes, as transformações na paisagem e no espaço etc.

As cidades que conhecemos podem ser analisadas a partir das mais diversas perspectivas sociais, culturais e políticas. Para os estudiosos do Direito à Cidade, a produção das cidades contemporâneas tem como base social, política, cultural e

econômica o sistema capitalista. Pensar a produção do espaço neste modelo econômico perpassa por compreender o interesse do capital. Em breve explanação, Graciete Santos (2010) contextualiza o modelo social capitalista, cujos princípios são: o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. O desenvolvimento destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: proprietária ou possuidora do capital e a classe que vende a sua força de trabalho por não dispor do capital (trabalho assalariado). Arruda (2003) apresenta algumas estratégias de dominação do capitalismo, como: a dominação dos menores, a acumulação de riquezas, a corrupção e a crise do desenvolvimento. É importante por pautar o sentido de evolução, que no capitalismo foi reduzida ao avanço tecnológico.

O conceito de desenvolvimento é fundamental porque postula o sentido de evolução, de movimento, aos processos. Contudo, o conceito de desenvolvimento foi reduzido à dimensão tecnológica e material e progresso tecnológico passou ser igual desenvolvimento; acumulação de riqueza material também passou a ser sinônimo de desenvolvimento. Repetir o padrão de desenvolvimento do hemisfério norte – supondo que nós somos subdesenvolvidos – passou a ser o grande objetivo dos nossos governos. E tudo isso está profundamente equivocado porque toma como premissa básica um conceito de progresso e de desenvolvimento pautado na ideologia do capital (ARRUDA. 2003, p. 23).

Arruda (2003) enfatiza ainda que modelo econômico vigente está extremamente distanciado da concepção de economia grega, fugindo do princípio da importância das relações humanas e do próprio ser humano, das especificidades dos indivíduos e da relação com o espaço social ao qual ele está inserido. Enxergando o avanço tecnológico e de capital como desenvolvimento, se investe em um crescente mundo de exclusão humana.

Os indicadores de progresso na economia do capital medem apenas o material: mais fabricas, mais tecnologias, mais informáticas, mais tratores, mais moto serras. Contudo, isso não é progresso, porque o indicador essencial do progresso é aquilo que mede a qualidade de vida pessoal e social dos habitantes do planeta. (ARRUDA, 2003. p. 26)

Desta forma, para refletirmos sobre os usos da cidade, precisamos compreender como o capitalismo a constrói. Ana Fani (2017) afirma que a forma como a cidade é produzida pelo capitalismo não tem acordo com como a sociedade a usa. Na cidade do capital, os indivíduos não habitam onde querem, mas onde sua renda pode pagar. Santos Junior (2011), em acordo com essa afirmativa, utiliza das abordagens de Karl Marx e de David Harvey para dar início à sua reflexão sobre os valores da cidade, entendendo a moradia e o solo urbano como bens essenciais à vida.

O direito à moradia e ao uso da cidade são bens fundamentais para a vida humana, além de garantias previstas no artigo 182 da Constituição Federal de 1988, tendo por objetivo “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir bem-estar de seus habitantes”². Porém, na sociedade capitalista, a cidade se torna mercadoria e, como toda mercadoria é comercializável, a ela é atribuída valor de uso e valor de troca.

Ao observar as cidades e o solo urbano pela perspectiva da produção capitalista da sociedade, é possível utilizar as reflexões de Karl Marx (1988) sobre as categorias de valor de uso e valor de troca, para compreender como se definem os processos de comercialização e mercantilização da moradia e dos usos da cidade enquanto mercadoria na economia capitalista. A mercadoria é um objeto que tem a propriedade de satisfazer as necessidades dos indivíduos – valor de uso. Para Marx (1988), o valor de uso é aquele que está relacionado aos processos e necessidade de consumo para a manutenção e reprodução social, havendo valor de uso todos os bens que os indivíduos possuem e/ou necessitam para a sua existência. Já o valor de troca é criado a partir da relação entre a produção de material e a necessidade dos indivíduos, uma relação quantitativa. É a valorização (monetária ou de troca) da produção dos bens necessários para a reprodução humana. Santos Junior (2011) relaciona os valores de uso e de troca, afirmando que uma mercadoria é possuidora de valor de troca, apenas por possuir valor de uso para alguém.

O que interessa é o fato de uma mercadoria ter, ao mesmo tempo, valor de uso e valor de troca. Só que quando uma mercadoria tem valor de uso para alguém, ela não tem valor de troca para essa mesma pessoa (pois ela usa essa mercadoria para viver, para se reproduzir socialmente e não para trocar por outras mercadorias); e, ao contrário, quando determinada mercadoria tem valor de troca para seu possuidor, ela não tem valor de uso para o mesmo (ele possui a mercadoria com o objetivo de trocá-la por outra). (SANTOS JUNIOR, 2011, p. 68)

Santos Junior (2011) evidência que as moradias possuem valores de troca e de uso particulares. David Harvey (1980) em seu texto “A Justiça Social e a Cidade” destaca algumas razões que colocam as moradias em uma categoria especial de mercadoria. Algumas dessas razões são: as moradias e os solos são bens imóveis, ou seja, não podem ser transportadas para outros lugares; são mercadorias que mudam de proprietários com uma frequência relativamente baixa, visto que são bens duráveis e de alto valor; são mercadorias que, em uma economia capitalista, permitem que os

² Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10657746/artigo-182-da-constituicao-federal-de-1988-#> acessado em 14/10/2018.

proprietários visem interesses duplos, tanto o valor de uso quanto o possível futuro valor de troca; as moradias e o solo podem ser utilizados de formas diversas, com isso, cada proprietário pode construir seu valor de uso deste espaço; e dentre outras.

Existem diferentes interesses e agentes responsáveis pela produção das cidades. Os moradores, os transeuntes, os empresários, os governantes, proprietários de terras urbanas, os comerciantes, as construtoras de imóveis, etc. Esses agentes influenciam na dinâmica de valoração – valor de uso e de troca – do espaço urbano e, de acordo com Santos Junior (2011), a diferença entre os interesses desses atores transforma as cidades em uma grande arena de disputa, onde cada qual busca sanar duas demandas.

O que importa aqui é chamar a atenção para a diversidade de agentes e interesses que intervêm sobre a construção da cidade e suas diferentes formas de se relacionar com as moradias como valores de usos e valores de troca. O que é valor de uso para um determinado agente pode ser valor de troca para outro, pois cada um pode ter interesses diferenciados. Essa abordagem permite ver a cidade como uma arena onde se defrontam diferentes agentes com diversos interesses. Cada agente busca atingir seus objetivos, seja relativo à sua existência e reprodução social na cidade (viver bem ou ter ganhos simbólicos relativos ao status de morar em um lugar especial) – valor de uso –, seja relativo às possibilidades de ganhos materiais e acumulação de riqueza – valor de troca. (SANTOS JUNIOR, 2011, p 71)

O autor aponta que é necessário desnaturalizar a narrativa de que as cidades são agentes. “Do ponto de vista marxista, a cidade não seria um ator, a cidade seria uma arena onde diferentes agentes sociais se confrontam com diversos interesses.” (SANTOS JUNIOR, 2011, p. 73). Como resultado deste processo de construção das cidades baseadas nos interesses do capital e não nos interesses das pessoas, uma grande realidade de distanciamento e exclusão se faz presente. Os subúrbios e periferias são resultado de uma política econômica exploratória que comercializa o solo urbano e o espaço citadino e distancia as pessoas do direito à moradia e do direito aos usos da cidade. Ainda que guardem semelhanças, esses territórios são compostos por características distintas e específicas, exatamente por serem feitos de pessoas.

1.1. Subúrbio e Periferia

Estudos recentes sobre o urbano destacam a necessidade de repensarmos os conceitos de subúrbio e periferia. Como foi apresentado anteriormente, os espaços são mutáveis e é por isso que os conceitos precisam ser repensados e aprimorados. Patrocínio (2017) afirma que os conceitos de periferia e subúrbio são carregados de

singularidades e de historicidades e seria reducionista compreendê-los enquanto algo único. E de acordo com Domingues (1995), tais conceitos foram banalizados e se tornou difícil encontrar uma definição consensual e, afirma ainda, que generalizadamente, tais conceitos são utilizados de forma negativa, relativizando-os e afirmando-os apenas enquanto oposto de centro urbano.

Sendo estes espaços resultados eminentes do processo de urbanização e crescimento das cidades, a cada um deles compreendem-se características específicas. Soto (2008) ao explorar algumas dessas diferenças, conceitua os **subúrbios** enquanto áreas que circundam os centros dos aglomerados urbanos e compreende o espaço entre o campo e a cidade. É o território que ainda mantém características antigas e tradicionais – casas com grandes quintais, hortas e galinheiros – mas que também abarca a chegada do moderno e urbano. Segundo Soto (2008), a partir do desenvolvimento das atividades urbanas e transição para a modernidade, a cidade se torna centro do poder e os subúrbios se solidificam enquanto este espaço de contrastes sociais localizados às margens dos centros urbanos.

Outro aspecto levantado pelo autor ao referir-se aos subúrbios, é que estes não necessariamente tendem a ser espaços de pobreza. Soto (2008) cita o exemplo da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, e de Alphaville, em São Paulo, dois bairros de classe média e classe alta que estão dispostos à margem dos grandes centros das cidades. Domingues diz que “A identificação de um subúrbio, qualquer que ele seja, independentemente do tempo e do lugar, implica uma ideia de fragmentação do espaço urbano” (Domingues, 1995, p. 6).

De acordo com Soto (2008), o subúrbio remete ao antigo, ao problema da velhice, ao espaço de bem-estar, do desenvolvimento social e da revolução cultural. Em um sentido oposto, a noção de periferia nos remete à urbanização caótica e a inclusão social precária.

O conceito de subúrbio, talvez pela falta de atenção dos cientistas sociais, foi substituído, confundido com a noção de periferia. Mais que um conceito científico, a noção de periferia é um produto da ideologia populista. Nesse sentido, a noção de periferia, alimentada pelo próprio subúrbio, permitiu identificar na periferia um lugar distinto do extremo da urbanização degradada, isto é, das habitações precárias, inacabadas, provisórias, da falta de infra-estrutura que surgiu nos anos 60. (SOTO, 2008. p. 5)

Para Soto, o senso comum transformou em **periferia** tudo o que não é ou está no centro urbano e afirma que a academia e as ciências sociais e humanas reafirmam

o senso comum ao darem pouca relevância às diferenças entre o espaço suburbano e o periférico, e que por consequência, forma-se um conhecimento empobrecido sobre a problemática de cada um deles. De acordo com o autor, as periferias são o resultado da expansão da exploração do capitalismo nas grandes cidades através da especulação imobiliária – casas pequenas, ruas estreitas, sem planejamento – caracterizada pela “urbanização patológica”. “A periferia, enquanto tal se constitui em negação do progresso e a emancipação social prometidos pela modernidade e pela urbanização.” (SOTO, 2008. p. 7)

Pallone (2012) contextualiza o conceito de periferia em âmbito global, destacando que as duas grandes guerras reforçaram o status de centro àqueles países com maior poder econômico e o status de periferia aos países pobres, subdesenvolvidos e dependentes. No que tange às cidades no contexto brasileiro, a autora evidencia que a periferia é resultado do processo de metropolização que ocorreu nos anos 1960 e 1970.

Domingues diz que, como agregado social, o conceito de periferia define-se pela “dependência, pela subalternidade face às áreas centrais e aos locais de destino dos habitantes-pendulares” (DOMINGUES, 1994, p. 5). Pallone (2012) afirma que “O termo tem sido usado para designar loteamentos clandestinos, ou favelas localizadas em áreas mais centrais, onde vive uma população de baixa renda.” (Pallone, 2012, p. 1). A autora destaca ainda que a periferia é a perpetuação das desigualdades sociais e econômicas no espaço urbano.

Esse breve percurso – que evidencia a formação das cidades, a transformação do espaço citadino em mercadoria e as consequências da produção capitalista das cidades gerando as desigualdades sociais – abre caminho para, a partir de então, pensarmos conceitualmente o espaço habitado, a fim de, posteriormente, refletirmos os usos do espaço urbano pelos sujeitos desta pesquisa.

1.2. O Espaço Habitado

Milton Santos nasceu na Bahia em 1926. Formou-se em Direito pela Universidade Federal da Bahia e realizou doutorado em Geografia pela Universidade Estrasburgo. Foi professor na França, Estados Unidos, Canadá, Peru, Venezuela e Tanzânia e sua produção conta com mais de 40 livros³. Herdeiro do conhecimento e produção científica de Marx, utilizou o materialismo histórico e dialético como método

³ Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1389/1179> acesso 27/11/2018 às 12:08

de interpretação sócio espacial e é reconhecido mundialmente como um dos geógrafos percursores no desenvolvimento do pensamento crítico sobre uma nova geografia, aquela que se ocupasse também com questões sociais e humanas. Em seus livros “Metamorfoses do Espaço Habitado” e “Por uma nova Geografia”, aborda os processos de produção e reprodução do espaço. Esta pesquisa se referencia nesse estudo para compreender os conceitos de espaço, paisagem, espacialização e território. A compreensão desses conceitos se faz necessária para, a partir deste acúmulo, possibilitar a reflexão sobre como os grupos sociais, em consequência os jovens sujeitos desta pesquisa, ocupam os espaços da cidade.

Milton Santos (2014) afirma que é difícil encontrar uma definição única para tais conceitos pois cada categoria possui diferentes elementos e suas definições não são imutáveis, fixas e eternas. Os conceitos são flexíveis e historicamente definidos, de acordo com o movimento e transformações do contexto social. Santos (2014) afirma ainda, que tanto o espaço quanto a paisagem são resultados dos movimentos da sociedade, uma realidade que funciona em conjunto, um mosaico de relações, formas, funções e sentidos. É a materialidade. O autor destaca que a conceptualização do espaço por vezes é posta em dúvida, exatamente por ser frequentemente substituída por outras noções geográficas e sociais, como território, região e lugar. “A produção do espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço por meio de objetos naturais e artificiais.” (Milton Santos, 2014. p. 70). O autor afirma que o espaço resulta do movimento da sociedade sob sua própria construção, um conjunto de formas e funções sociais do passado e do presente. O espaço é organizado socialmente, é o lugar de morada e construção da vida dos indivíduos, por isso constantemente reorganizado.

O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre eles especificadamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma serie de relações. (SANTOS, 2014, p 78)

Por sua vez, a paisagem é, segundo Santos (2014) tudo o que vemos e o que os nossos olhos alcançam, é a nossa percepção do espaço, o que chega aos nossos sentidos. Sendo a percepção uma função dos nossos aparelhos cognitivos, ela é sempre um processo seletivo da apreensão e, deste modo, cada indivíduo a interpreta a partir de seus acúmulos culturais e intelectuais. Santos (2014) afirma ainda que a paisagem não é estática e definida para todo o sempre. Ela é resultado de adições e subtrações, é uma espécie de marca histórica do trabalho do momento presente somado a um conjunto de pedaços de tempos históricos e idades diferentes.

A paisagem é diferente do espaço. A primeira é a materialização de um instante da sociedade. Seria, numa comparação ousada, a realidade de homens fixos, parados como numa fotografia. O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém movimento. Por isso, paisagem e espaço são um par dialético. Complementam-se e se opõem. Um esforço analítico impõe que os separemos como categorias diferentes, se não queremos correr o risco de não reconhecer o movimento da sociedade. (Santos, 2014, p 79)

Sendo a paisagem a materialidade do momento do encontro entre os indivíduos e o espaço, o casamento da paisagem com a sociedade, resulta em outro conceito exposto por Milton Santos, o de Espacialidade. O autor apresenta o conceito de espacialidade enquanto “um momento de inserção territorial dos processos sociais.” (Santos, 2014, p. 80). A espacialização é o momento presente das relações humanas com o meio social. Não é uma produção autônoma dos sujeitos, pois depende essencialmente do espaço para concretizar-se. A espacialidade é o momento vivido no espaço social, é a relação dos indivíduos com o espaço geográfico. É a rua às 15 horas que não é a mesma rua às 22 horas.

A espacialidade seria o momento das relações sociais geografizadas, o momento de incidência da sociedade sobre um determinado arranjo espacial. A espacialização não é o resultado apenas da sociedade, porque depende do espaço para se realizar. No seu movimento permanente, em sua busca incessante de geografização, a sociedade está subordinada à lei do espaço pré existente. (SANTOS, 2014, p 80)

Em suas metáforas, Santos (2014) afirma que a paisagem é o trabalho morto, a espacialização é o trabalho vivo e o espaço é o conjunto dos dois – união das formas geográficas e do contexto social. De acordo com o autor, a sociedade se materializa a partir da existência dos sujeitos e, também, dos objetos materiais e não materiais.

A vida é sinônimo de relações sociais, e essas não são possíveis sem a materialidade, que fixa relações sociais do passado. Logo, a materialidade construída vai ser fonte das relações sociais, que também se dão por intermédio dos objetos. Esses podem ser sujeitos de diferentes ações sociais. Uma mesma rua pode servir a funções diferentes em distintos momentos. (Santos, 2014, p 78)

Outro conceito fundamental para a compreensão dos estudos sociais e geográficos, de acordo com Milton Santos (2014) é o de território. Os estudos do autor se realizam em um âmbito muito mais amplo do que esta pesquisa pretende abordar. Milton Santos faz uma leitura mundial e econômica sobre território, caracterizando-o como o espaço de disputa de poder dos interesses capitalistas e do mercado, que se estabelecem como território-rede a partir de ligações e fluxos de informações e

mercadoria. De todo modo, é necessário entender as perspectivas de Milton Santos para que seja possível compreender o território em uma dimensão menos ampliada.

O território pode ser compreendido a partir da afirmação e da apropriação do espaço a partir de relações de poder. O território não existe sem o espaço. Ele se forma em um movimento dialético em acordo com os usos da sociedade e pode sofrer alterações de acordo com as normatizações sociais. Além disso, ele é definido a partir de leis (formais ou informais) e interesses de determinados grupos sociais, de instituições legais ou ilegais e do Estado. O processo de transformação do espaço em território é conceituado enquanto territorialização, que é o movimento de criar sentido e estabelecer relações espaciais.

É importante compreender como as sociedades se apropriam do espaço e como esses espaços são formados a partir da relação com os indivíduos, para, a partir de então, refletirmos como outros fatores sociais – como classe, intervalo etático, contexto histórico etc. – são determinantes nesses processos. Esta breve reflexão acerca dos processos que constroem a cidade e o espaço urbano encaminha para o segundo momento desta pesquisa, que é refletir e compreender como se constituiu a BaixadaFluminense.

CAPITULO II – BAIXADA FLUMINENSE

Milton Santos (2014) afirma que não basta compreender teoricamente o que se passa no mundo e, enfatiza ainda, que “estudar uma região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas etc., com seus mais distintos níveis de interação e contradição.” (Santos, 2014, p. 53). Esse capítulo fará uma contextualização dos processos de formação da Baixada Fluminense para refletirmos como as especificidades da região influenciam na condição juvenil de um grupo de sujeitos que habita seus municípios. Essa contextualização se faz necessária pois a Baixada Fluminense é composta por diferentes configurações sociais, culturais e geográficas, que vão desde as áreas rurais e pobres à cidade com o IDH entre os dez mais altos do Estado do Rio de Janeiro.⁴

A Baixada Fluminense é uma região localizada entre a capital do Rio de Janeiro e a Serra do Mar, composta por treze municípios e habitada por aproximadamente quatro milhões de pessoas⁵. Figuerêdo (2004) apresenta que os primeiros sinais de colonização ocorridos no espaço que hoje conhecemos como Baixada Fluminense, aconteceram em meados do século XVI com o início das sesmarias. Das sesmarias vieram as fazendas e o início do cultivo da cana de açúcar e de outras plantações em menor escala – mandioca, arroz, feijão, legumes – que serviam tanto para subsistência quanto para a manutenção da população do Rio de Janeiro.

No final do século XVII inicia-se o Ciclo do Ouro e o Recôncavo da Guanabara (território que hoje compreende a Baixada Fluminense) torna-se caminho para o trânsito entre as Gerais e o litoral devido à grande quantidade de rios e afluentes na região, o que facilitou a comunicação entre o interior e o mar. Figuerêdo (2004) aponta que o Ciclo do Ouro intensificou a circulação de mercadorias e o fluxo de pessoas, mas que isso não garantiu crescimento e desenvolvimento da região, pois, a proximidade, as vias de circulação e o comércio intenso apenas fizeram crescer a cidade do Rio de Janeiro.

⁴Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/nova-iguacu_rj acesso em 28 de novembro de 2018.

⁵ Segundo dados do SEBRAE: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica. Disponível em http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/Sebrae_INFREG_2014_BaixadaFlu.pdf Acesso em 22 dez. 2017.

Já no século XVIII temos o início do Ciclo do Café e é nesse período que, segundo a autora, ocorre a maior expansão econômica desta região. Figuerêdo (2004) comenta que devido ao deslocamento das mercadorias através dos rios e portos que se encontravam nas regiões que hoje constituem a Baixada Fluminense, inicia-se a construção de casas, vendas, lojas e armazéns aumentando a população no entorno dos portos e rios, elevando vários desses povoados à categoria de Vila. Silva (2017), afirma que em 1833, a partir da união desses povoados, surge o município de Iguassú, que compreendia então, todo o território do oeste da Guanabara.

Desta forma a região pode ser caracterizada de duas formas: enquanto região de passagem que estruturou uma economia voltada para a logística de escoamento e como uma área conformada por conjunto de fazendas voltado para agricultura com mão de obra escrava. (SILVA, 2017, p. 4).

Com o passar do tempo e a partir de transformações sociais, de acordo com Silva (2017), surge a necessidade da construção de vias que fossem mais rápidas, seguras e funcionais para o transporte de mercadorias entre o mar e o interior, dando início a instalação das ferrovias. Figuerêdo (2004) destaca que em abril de 1854 é inaugurada em Mauá a primeira estrada férrea do Brasil e em 1858 é inaugurada a futura Central do Brasil. Silva (2017) e Figuerêdo (2004) se complementam ao apresentarem que a ferrovia alterou a dinâmica econômica e social da região. Essas mudanças causaram o esvaziamento das vilas que subsistiam no entorno da logística da comercialização e do transporte das mercadorias, além do abandono dos rios e estruturas que foram criadas quando o transporte era realizado através das águas e estradas, iniciando o declínio de grande parte da região. Outra questão que contribuiu para a decadência, como apresenta Machado (2014), foi a proibição do tráfico internacional de pessoas enquanto escravos, em 1850, e a abolição da escravidão, em 1888, visto que a mão de obra de pessoas escravizadas era responsável pelo funcionamento e desenvolvimento dos mecanismos desse território.

Soares (1962) descreve que devido aos problemas enfrentados após a chegada da ferrovia, pelo desinteresse e abandono, pela abolição da escravidão e fim da mão de obra explorada que era essencial para o desenvolvimento da agricultura e, logo em sequência, por um processo de epidemias, a Baixada Fluminense passa por um processo de despovoamento e abandono ao final do século XIX e entra em decadência.

Aos poucos, o brejo e a malária tomaram conta daquela região, que, durante dois séculos, estivera tão ligada à cidade. O mato invadiu as estradas, os rios e canais entupiram-se com a falta de limpeza e de dragagem, as populações fugiram. A

metrópole passou a ver na baixada uma ameaça a suas portas. (SOARES, 1962, p. 176-177).

O início do século XX foi marcado pelo processo de industrialização e o Rio de Janeiro passou por uma mudança no panorama social, porém, de acordo com Soares (1962) a Baixada Fluminense continuou sendo alvo de iniciativas que mais uma vez buscavam privilegiar a capital carioca. Essa nova configuração transformou o que antes era definido como área rural em região marginal. Soares (1962) pondera que a Baixada Fluminense possuía condições mais favoráveis à expansão urbana para a cidade do Rio de Janeiro do que outras regiões da própria capital, como por exemplo, a zona oeste.

A metrópole necessitava dessa área para instalar sua população em rápido crescimento e para localizar suas indústrias, pois ela preenchia todos os requisitos necessários à concretização desses dois objetivos. [...] para satisfazer as necessidades da nova função do Rio de Janeiro - a função industrial - o recôncavo contribuiu, pois, com parte apreciável do seu contingente humano. No entanto, em face dessa expansão o Rio precisaria de mais espaço, não só para acomodar essa onda populacional que para ele acorria, como para instalar as suas indústrias, que se tornavam cada vez mais numerosas. (SOARES, 1962. p.169).

Outro aspecto levantado pela autora é que essa expansão se dá de maneira desordenada e sem planejamento. Esse crescimento trouxe consigo problemas sociais característicos das regiões pobres. Rocha (2013), em acordo com Soares (1962), salienta ainda que a ausência de infraestrutura e equipamentos urbanos geraram a falta de garantia dos direitos sociais nas periferias. E complementa afirmando que a Baixada Fluminense se constitui em um processo nítido de exploração, exclusão e distanciamento físico e subjetivo dos mecanismos necessários para a formação dos indivíduos.

Em sua ampla diversidade sociocultural, os habitantes desta área metropolitana do Rio de Janeiro compartilham processos sociais comuns, como, por exemplo, o sucateamento dos bens públicos, construção de uma representação social subalterna, pobreza urbana e violência social (ROCHA, 2013). Alves (2015) realiza um dos principais estudos sobre a violência estabelecida no território da Baixada Fluminense. O autor nos apresenta que o espectro violento que circunda esse território faz parte de uma estrutura de manutenção do poder, que envolve desde o crime organizado, políticos e a própria polícia.

A violência, aqui, é tratada enquanto estrutura articulada de práticas, relacionada diretamente à organização de grupos, visando a maximização de ganhos econômicos, políticos,

sociais e culturais mediante a imposição de sua vontade sobre os demais, recorrendo, em última instância, à agressão e à própria eliminação de quem se contrapõe aos seus interesses. Por mais que a imputação do ato violento, juridicamente, seja individual, sua operacionalidade se insere numa rede de ações, em escala coletiva, de amplitude e diversidade que atravessa os indivíduos e se ancora no social. (ALVES, 2015. p.19).

Precisamos compreendê-la enquanto uma região diversa, onde cada município possui sua especificidade, porém, as cidades compartilham problemáticas. Baixada é uma região que passa por problemas de gestão pública, estabelecida longe do planejamento urbano, conta com sucateamento de hospitais e escolas, falta de saneamento básico em vários bairros em todos os municípios, distanciamento dos mecanismos culturais, dentre vários outros problemas estruturais.

Embora que a violência, a pobreza e a exclusão sejam categorias fundamentais aos estudos a respeito da Baixada Fluminense, as observações não devem ser limitadas a apenas essas perspectivas. Silva (2017) ressalta que existem muitas possibilidades de investigação da formação deste território e dos sujeitos que nele habitam. Ainda que submersos a esses contextos sociais, culturais, políticos e geográficos, os habitantes da Baixada Fluminense são sujeitos que atuam na reprodução da vida e do espaço citadino.

Lefebvre afirma, que os estudos sobre a cidade e o espaço urbano não se limitam, exatamente porque são frutos do movimento humano. A cidade é uma construção social, é resultado do processo dialético da sociedade. Os indivíduos são agentes essenciais deste processo de reprodução e a cidade não tem função sem a presença dos sujeitos. A partir desta breve reflexão sobre a produção e reprodução da cidade, precisamos compreender que os sujeitos que a produzem também se constituem a partir desta relação que se estabelece com o meio social.

Esses espaços e territórios também precisam ser observados a partir da experiência do vivido, da construção de narrativa de quem ocupa a cidade, das percepções do cotidiano e do que se conta sobre ele. Cidades, periferias e subúrbios, além de espaços geográficos, são espaços de relações humanas. Deste modo, o próximo capítulo desta pesquisa se ocupa em conceituar a juventude que habita em periferias urbanas, para, a partir disso, compreender suas vivências no espaço citadino através, também, de um movimento cultural: o Hip Hop.

CAPITULO III – JUVENTUDE

Entender os processos de formação do espaço é importante para a compreensão das vidas dos jovens que nele habitam e, por consequência, vivenciam diversos modelos de exclusão – por serem jovens, pobres, moradores da baixada, negros e negras, mulheres, LGBTQ+s, etc.). É nessa sociedade marginalizada, explorada, distanciada, violenta e excluída que os indivíduos constroem suas vidas, suas identidades e subjetividades. No entanto, não menos importantes ou legítimos que a juventude que ocupa a região central, os jovens da Baixada Fluminense possuem características que perpassam os modelos de violência e exclusão construídos pela narrativa que se refere à região metropolitana do Rio de Janeiro.

De acordo com Dayrell e Carrano (2003), o conceito de juventude não pode ser resumido a ideia hegemônica que modeliza e estereotipa o jovem ideal como aquele jovem branco, oriundo das classes média e alta que nos é apresentado pelas mídias, muito menos compreendermos a juventude como um processo singular e comum a todos. “A pluralidade e circunstâncias que caracterizam a vida juvenil exigem que os estudos incorporem o sentido da diversidade e das múltiplas possibilidades do sentido de ser jovem.” (DAYRELL, CARRANO, 2003. p.1). Os autores consideram ainda que existe um imaginário sobre a juventude que entende essa fase da vida como transitória, como processo entre a infância e a fase adulta, a qual não compreendem grandes responsabilidades e, por isso, é deslegitimada e entendida como um momento passível ao erro.

Torna-se necessário por em questão essas imagens, pois quando arraigados nesses “modelos” socialmente construídos, corremos o risco de analisar os jovens de forma negativa, enfatizando as características que lhes faltariam para corresponder a um determinado modelo de “ser jovem”. Dessa forma não conseguimos apreender os modos pelos quais os jovens reais, principalmente se forem das camadas populares, constroem a sua experiência como tais. (DAYRELL, CARRANO, 2003. p.2).

Dupret (2008), em seu estudo sobre os jovens residentes na Baixada Fluminense, afirma a necessidade de considerarmos o contexto sócio histórico no qual os sujeitos estão inseridos, para não correremos o risco de invisibilizar e deslegitimar as organizações juvenis autênticas. Takeiti (2011) afirma que é essencial refletirmos sobre os processos de socialização da juventude inserida no contexto da pobreza e da violência, para que possamos compreender como esses jovens constroem a própria existência e a relação em sociedade.

Mais do que evidenciar a violência na vida de jovens pobres, é preciso problematizá-la política, ética e esteticamente na sociedade contemporânea para que seja possível compreender como eles são forjados e forjam outras formas de invenção e criação da própria vida; como são produzidos e produzem subjetividade a partir de agenciamentos e atravessamentos que podem ser tanto da ordem singular como coletiva (TAKEITI, 2011, p. 61).

Segundo Hall (2004) as identidades já não mais se configuram como algo definido, como substância ou essência quanto na tradição cartesiana. Ele afirma que as identidades são formadas e transformadas constantemente pelo ambiente sociocultural e pelos processos históricos. Para o autor, os indivíduos assumem papéis sociais diferentes dependendo do espaço, grupo ou momento em que estão inseridos. “Essas identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas” (HALL, 2004. p. 8). Woodward (2014) em acordo com os conceitos de Hall classifica os indivíduos enquanto sujeitos simbólicos, justamente pelas possibilidades de criação das relações sociais, da criação de elos de diálogos com outros indivíduos e complementa afirmando que as identidades estão, também, vinculadas a condições sociais e materiais.

Construir uma noção de juventude na ótica da diversidade implica, em primeiro lugar, considera-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento numa perspectiva de totalidade, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. (DAYRELL, CARRANO, 2003. p.3).

Sob essa perspectiva, Dayrell e Carrano (2003) contribuem para a pesquisa ao reafirmarem a juventude enquanto um processo legítimo, pois esse estudo busca compreender esses jovens como sujeitos autônomos, responsáveis pela construção das suas objetividades e subjetividades, que tem sonhos, planos, objetivos e que se organizam coletivamente para resistir a uma realidade caótica. Ainda que seja de grande importância pautar a violência na vida desta juventude, não podemos defini-las apenas por esse viés, como se a única característica significativa da identidade desses jovens fosse viver em um ambiente violento. É preciso abranger as mais diversas “caixinhas identitárias” as quais os jovens pertencem, para que possamos de fato compreender as dinâmicas em que estão inseridos e, muito mais que isso, para entendermos os processos e práticas que essa juventude é protagonista.

São dos encontros da “galera” e das irrupções das expressões culturais juvenis que é preciso pensar alternativas de resistência, modos de se criar e se (re)inventar, quais sejam, romper com o que já existe, afirmar outras lógicas, produzir novas realidades. Estas reflexões constituem o fio condutor que alimenta ideias, noções e problematizações acerca da

produção dos modos de subjetivação em jovens populares urbanos os quais, diante de contextos marcados pela violência, desigualdades e vulnerabilidades, criam ou inventam outras formas de viver, resistindo às invisibilidades do cotidiano. (TAKEITI, 2011. p. 73)

Marino (2010) realizou um estudo sobre os coletivos de jovens que atuam na esfera cultural na América Latina e concluiu que a ação cultural desses jovens que se apropriam do espaço urbano nas periferias também é uma ação política. De acordo com o autor, independente do conteúdo estético, artístico ou conceitual, o fato desses jovens se proporem a existir/resistir – no sentido de reinventar a existência, apesar das condições às quais são impostos, tomando um caminho diferente daquele planejado pela norma social – abre caminho para a construção de um novo modelo, uma nova forma de viver e se apropriar dos espaços citadinos, dando a eles significados de acordo com suas experiências e necessidades. O movimento de apropriação e usos do espaço urbano pelos jovens periféricos, ainda de acordo com Marino (2010), surge também como uma resposta a demandas e problemáticas que não são consideradas e solucionadas pelo poder público ou absorvidas por outros movimentos sociais.

Patrocínio (2017) destaca uma elementar reflexão aos estudos de cultura das regiões periféricas. O autor ressalta o perigo da construção de uma ideia essencialista que coloca a produção cultural e artística das periferias enquanto propriedade exclusiva dos moradores desses territórios, criando um mundo particular e à parte. Essa caracterização de cultura cria uma linha tênue entre a legitimação e a hierarquização entre culturas – cultura marginal enquanto cultura “da rua” e a cultura do centro enquanto a cultura “burguesa”.

Embora a Constituição Federal Brasileira garanta a todos, no artigo 125, "o pleno exercício dos direitos culturais"⁶, ainda é comum que a produção cultural seja julgada por um viés que desconsidera tudo o que não for produzido pela elite. DaMatta (1981) afirma que para o senso comum, a cultura é entendida apenas como o que classificamos “erudito”, mas de fato ela não se resume às atividades artísticas e culturais exercidas pelas classes dominantes. “Cultura é, em Antropologia Social e Sociologia, um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas” (DAMATTA, 1981).

⁶Disponível em

http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/direito-cultural-e-um-direito-fundamental/10883, acessado em 28 dez. 2017

Ao observar a juventude como um processo legítimo e que cria demandas culturais, é possível afirmar que é responsabilidade dos governos, através de políticas públicas em cultura, criarem subsídios para o incentivo, manutenção e desenvolvimento das suas práticas. De acordo com Canclini (2001), as políticas culturais são um conjunto de intervenções realizadas pelo setor público e privado a fim de garantir a produção, fruição, manutenção e o desenvolvimento dos direitos culturais da população e da sociedade. Teixeira Coelho em acordo com essa conceptualização, afirma que as políticas culturais devem se ocupar com “o estudo dos diferentes modos de proposição e agenciamento dessas iniciativas, bem como a compreensão de suas significações nos diferentes contextos sociais em que se apresentam”. (COELHO, 1997, p. 292).

Dayrell e Carrano (2013) afirmam que os jovens se constituem em um segmento populacional de grande importância, entretanto, suas necessidades, práticas coletivas e as políticas a eles destinadas ainda são pouco conhecidas. Por isso, eles reafirmam a necessidade de estudos e pesquisas científicas voltadas para as questões da juventude, principalmente a periférica. E afirmam ainda, a importância de entendê-los enquanto protagonistas das suas existências. Takeiti (2011) considera que a juventude se organiza em movimentos de resistência a fim de esquivar-se dos fatores sociais que os condicionam, buscando em seus pares condições para reafirmar sua existência, construir suas subjetividades e questionar a modelização instituída aos jovens.

Tomando os movimentos de resistência juvenil como produção de subjetividades, como verdadeiras revoluções moleculares, alguns jovens apontam caminhos para driblar as condições sociais em que se encontram. Movimentos juvenis que surgiram ao redor do mundo – anarco-punks, hippies, funks, movimento hip hop – buscam espaços de identificação questionando um estilo plástico, de massiva reprodução e “modelização” da própria subjetividade na contemporaneidade (TAKEITI, 2011, p 73).

Brandão (2009) caracteriza os seres humanos enquanto sujeitos simbólicos, justamente pelas possibilidades de criação das relações sociais, da criação de elos de diálogos com outros indivíduos. “Palavras e partilhas com o que continuamente estamos nos dizendo de quem somos e de quem são os outros que não são “nós”. Como deve ser e conviver diante do outro cada ser-de-um-grupo” (BRANDÃO, 2009, p. 718).

Patrocínio (2017), em sua pesquisa sobre literatura marginal, destaca que existe um movimento de sujeitos periféricos que se articulam na produção de espaços

de fruição e produção cultural, guiados pelo desejo de criação de lugares próprios voltados para a reflexão dos seus processos e, afirma ainda, que tais espaços funcionam como mecanismos de intervenção social que buscam a criação de uma identidade própria. Esses sujeitos se ocupam na construção de um discurso próprio e uma nova representação dos seus processos vividos, a partir das linguagens artísticas e das manifestações culturais.

Nesta perspectiva, os autores marginais, empenhados em produzir um discurso próprio, estão determinados em consolidar uma proposta discursiva específica sobre a margem. É possível constatar o desejo destes autores em afirmar a diferença de territórios marginais periferia não apenas frente a outros setores da sociedade através do texto literário, mas, igualmente, a partir de um complexo empreendimento cultural que utiliza linguagem, música, arte, vestimentas, etc. À literatura são acrescentadas outras manifestações culturais e sociais que também objetivam a criação de uma imagem própria para a periferia baseada, principalmente, na diferença. (Patrocínio, 2017, p 2)

A sociabilização é fator fundamental na dinâmica da construção da juventude. Dayrell (2002) afirma que os espaços coletivos possibilitam a criação de práticas, de relações e de símbolos em lugares e situações como, por exemplo, a escola, a rua, o trabalho, os grupos de amigos e a prática de esportes. “Podemos afirmar que a sociabilidade, para os jovens, parece responder às suas necessidades de comunicação, de solidariedade, de democracia, de autonomia, de trocas afetivas e, principalmente, de identidade” (DAYRELL, 2002, p. 111).

Desta forma, compreende-se que os jovens periféricos constroem suas próprias narrativas, sentidos de vivência e subjetividades. Marino (2015) traz à tona um outro sentido de “direito à cidade”. De acordo com o autor, o direito à cidade pela perspectiva dos movimentos juvenis periféricos se refere ao direito de criar novas possibilidades ao território, em um movimento de resistência “que, através de suas intervenções artísticas, produzem novas subjetividades coletivas, ressignificam espaços, estimulam o senso estético e crítico” (Marino, 2012, p. 12). O autor, a fim de não levantar premissas que permitam leituras equivocadas, destaca que essas ações territorializadas não podem ser encaradas como bairrismos ou segregação. Ele aponta que a ação cultural dos jovens que se organizam coletivamente nas periferias e, principalmente, a legitimação da identidade periférica presente nesses movimentos, são respostas e resistência ao processo de segregação sistêmica que privilegia alguns espaços citadinos em detrimento de outros. “Lutar pela periferia é questionar a forma como a cidade se organiza.” (Marino 2015. p 13)

CAPITULO IV – O MOVIMENTO HIP HOP E AS RODAS CULTURAIS

A escolha do movimento hip hop para pensar a apropriação da cidade pela juventude se deu por dois motivos: primeiro porque o hip hop é organicamente um movimento urbano, periférico e que se reproduz no espaço público; e o segundo motivo se define porque o movimento hip hop é composto por quatro diferentes linguagens artísticas que se complementam para a execução das atividades culturais. Desta forma, compreende-se que esse objeto contempla as diversas demandas desta pesquisa de maneira ampla.

De acordo com Teperman (2015), o hip hop é o movimento urbano de caráter cultural, artístico e político que tem início no Bronx, distrito de Nova York (EUA), na década de 1970. Surge a partir da organização de latinos, jamaicanos e afro-americanos que viviam em meio à violência do tráfico de drogas e dos conflitos de gangues e compunham movimentos políticos e culturais de luta contra a pobreza, o racismo, a violência juvenil e por direitos civis nos Estados Unidos. Segundo o autor, um dos nomes influentes da história do hip hop é o DJ Afrika Bambaataa, fundador do coletivo Universal Zulu Nation, foi o responsável por articular a união entre as expressões artísticas presentes nas festas de rua do subúrbio americano, dando início ao movimento que une quatro elementos: DJ, MC, break e grafite. Bambaataa e o grupo Public Enemy também são reconhecidos por serem os primeiros a unir os quatro elementos artísticos do hip hop àquele que consideram o quinto elemento, o caráter político.

Souza (2006) cita Big Richard (2005) ao descrever os elementos do hip hop. Segundo os autores, o movimento é composto por quatro principais linguagens artísticas: MC (compositor e cantor do rap⁷), DJ (artista e técnico que manuseia os aparelhos de som para desenvolver as batidas e melodias do rap) Break Boy ou Break Girl (dançarinos) e Grafiteiro (responsável pelas produções gráficas visuais). Em linhas gerais, o hip hop é formado por música, composição/poesia, pintura/artes visuais e dança. “Entre eles, as diferenças são grandes, porém todos têm um objetivo comum: a transmissão de uma mensagem consciente, relacionada com a realidade vivida em seu meio de origem...” (BIG RICHARD, 2005. apud SOUZA, 2006. p 5).

O movimento hip hop ganhou força e se espalhou pelos guetos americanos. Essa popularização dos movimentos de resistência e luta por direitos dos negros e imigrantes que viviam nos subúrbios do EUA não se deu de forma pacífica, o país

⁷ De acordo com um dos entrevistados desta pesquisa, o Rap é a música formada na junção da poesia do MC com a melodia do DJ.

passava por uma enorme onda de crítica à manutenção da segregação social e racial. Teperman (2015) em sua pesquisa sobre o início do rap, destaca que as instituições como a Zulu Nation, que foram fundadas há mais de 40 anos, ainda sofrem perseguição política por parte do FBI, da CIA e da SWAT⁸, pois representam os interesses daqueles que foram e ainda são excluídos e considerados em desacordo com o ideal da sociedade americana.

O movimento hip hop ultrapassou as fronteiras dos Estados Unidos e alcançou os guetos do mundo. Teperman (2015) destaca que as experiências comuns entre as regiões pobres, forjadas sob a exploração de classe e a opressão racial, garantiram, graças a identificação que a juventude desenvolveu algo que os cativa, diz respeito e faz sentido, a difusão do hip hop em outros territórios.

Em sua investigação sobre o hip hop nacional, Teperman (2015) levanta que, assim como em outros países, o movimento nacional se constitui a partir da influência e admiração pelo hip hop americano, todavia, sem deixar de lado as particularidades do contexto cultural, social, artístico e político aos quais os jovens das periferias e subúrbios brasileiros estavam expostos. O autor destaca /que é consenso a influência que o grupo Racionais MC's deu à construção do rap nacional que, no início dos anos 1990, representou o grito denúncia dos jovens negros das periferias brasileiras diante de um contexto de ascensão da violência, questionando o racismo e a ideia do jovem estático às questões sociais. Os jovens negros, pobres e periféricos brasileiros, assim como os que deram início ao movimento nos Estados Unidos, utilizavam o hip hop como uma ferramenta na luta contra uma sociedade excludente e que os subjugava.

As letras do Racionais atacam a perpetuação da desigualdade, o racismo, a violência policial e outras mazelas da sociedade brasileira. E o fazem assumindo um posicionamento claro numa estrutura de classes, em franca oposição ao que eles próprios entendem como classe dominante (Teperman, 2015, p. 78).

O hip hop brasileiro também é marcado por essa característica de um movimento de resistência, de luta e de embate social. De acordo com Barbosa (2005), em seus estudos sobre a formação da identidade da juventude brasileira que consome e produz as linguagens artísticas que compõem o hip hop, o rap mitificou a vida dos jovens negros e pobres, transformando-os em contadores das suas próprias histórias de violência, brutalidade social, romances, pobreza e falta de alternativas. Ainda segundo Barbosa (2005) a música se tornou instrumento de legitimação de suas

⁸As siglas citadas fazem referência às instituições de segurança dos Estados Unidos, sendo elas: FBI, Federal Bureau of Investigation; CIA, Central Intelligence Agency; e SWAT, Special Weapons And Tactics.

realidades, quando usada para relatar aspectos do cotidiano desta juventude caracterizada enquanto sujeitos primordialmente periféricos, que se compreendem enquanto vítimas do sistema e que se esforçam em combatê-lo.

No Rio de Janeiro, atualmente, o movimento hip hop é marcado pelas Rodas Culturais. As rodas têm bases em um processo que se inicia na década de 1990. Cura (2017) em sua pesquisa sobre a inserção feminina no movimento hip hop, contextualiza que o movimento hip hop enquanto cultura de rua no Rio de Janeiro se solidifica a partir da ocupação cultural – realizada pelo Circuito Cultural Independente de Samba e Choro - no bairro da Lapa. Esse processo de ocupação gerou a revitalização e movimentou a economia do bairro, criando a característica de “bairro boêmio”. A autora enfatiza que o hip hop, àquela época, já ocupava espaço nas periferias cariocas, mas que as festas (que aconteciam em espaços fechados, casas de show ou bares de sinuca) da Lapa foram fundamentais para reunir os coletivos de rap do Estado.

No início dos anos 2000, as “Batalhas de Rima”⁹ tomam conta da cena carioca. As batalhas aconteciam no “Centro Interativo de Circo (CIC), na Fundação Progresso [no bairro da Lapa], onde também ocorriam espetáculos de circo, debates, oficinas, exposições de grafite, entre outras produções culturais livres” (CURA, 2017. p.2). Em 2009 ocorre um incêndio no CIC, fazendo com que as batalhas migrassem para o largo debaixo dos Arcos da Lapa. Cura (2017) afirma que a falta de capital para investir em outro espaço foi um dos fatores fundamentais para o surgimento das ocupações culturais nas ruas e nas praças: as Rodas Culturais.

As Rodas Culturais são ocupações alternativas, independentes e artísticas das praças públicas com música, poesia, malabares, batalhas de rima, grafite. Além disso, são territórios construídos por jovens a fim de legitimar suas práticas, construir coletividades e trocar experiências.

4.1. RCPS – Roda Cultural da Praça do Skate

Nesta etapa do trabalho foram realizadas pesquisa de campo, observação participante e entrevistas qualitativas com dez jovens – garotos e garotas – que residem na Baixada Fluminense e integram a Roda Cultural da Praça do Skate – produtores, artistas, skatistas ou participantes. A entrevista foi realizada a partir de perguntas pré-estabelecidas que tinham o objetivo de dialogar com as abordagens

⁹ Batalha de rima é uma modalidade de livre estilo, onde as e os rappers criam rimas de acordo com temas pré-estabelecidos (geralmente de cunho social e político) a fim de disputar e ganhar, além de prêmios, fama.

levantadas pelo referencial bibliográfico. Ainda que as entrevistas tenham sido realizadas em apenas uma roda cultural, este fator não empobrece a análise e coleta de dados, pois, os sujeitos entrevistados são moradores de diversas áreas de diferentes municípios baixadenses e frequentam outras rodas culturais.

A única definição pré-estabelecida para a escolha desses jovens entrevistados era que houvesse paridade de gênero, desta forma, destes dez jovens, cinco eram garotas e cinco garotos, com idades entre 16 e 29 anos. A proposta da entrevista era, também, compreender o perfil da juventude que frequenta a roda.

Das cinco garotas, uma é mãe. Nenhum dos meninos é pai. Todos os entrevistados disseram frequentar rodas culturais desde antes dos 17 anos. Apenas um entrevistado trabalha em instituição formal, porém, outros sete jovens disseram trabalhar com arte e cultura (como malabaristas, grafiteiros, MCs, fotógrafo, tatuador e produtor), um disse estar desempregado e uma entrevistada ainda frequenta a escola. Dois dos dez jovens se reconhecem brancos, três disseram que não são brancos ou negros, um se reconhece pardo e quatro se reconhecem negros. Todos os jovens afirmaram participar de rodas culturais pelo menos 3 vezes por mês.

A RCPS acontece no município de São João de Meriti, na Baixada Fluminense, todas as terças-feiras na parte da noite e com término às 23 horas. A praça onde o evento é realizado conta com uma arquibancada, uma pista de skate, um espaço com mesas e bancos, um campinho de futebol e dois quiosques. Durante o evento todos os espaços da praça são utilizados, e é perceptível que existem diferentes grupos ocupando o lugar. Na arquibancada estava a galera que ouve rock; na pista de skate, obviamente, os skatistas; próximo aos quiosques estavam os pichadores “tacando nome”¹⁰ nas pastas uns dos outros; no espaço próximo às mesas ficam as caixas de som, o DJ e os MCs; e no campo de futebol, aparentemente, uma turma que não estava na praça para ouvir Rap.

A Roda Cultural da Praça do Skate foi fundada por quatro amigos moradores da Baixada no ano de 2015. Ela faz parte de um circuito chamado Circuito de Rodas Culturais do Estado do Rio de Janeiro que hoje conta com aproximadamente 195 rodas, das quais, 72 estão em algum dos treze municípios da Baixada Fluminense. Segundo informações contidas na página do facebook da RCPS¹¹, este é o maior circuito de cultura urbana do mundo. De acordo com informações retiradas das

¹⁰ “Tacar nome” se refere ao ato de escrever suas grafias, neste caso, nos cadernos e pastas de outros pichadores. Essa prática é comum pois os pichadores buscam acumular grafias de seus companheiros e referências.

¹¹ Disponível em <https://www.facebook.com/rodaculturaldapracadoskate>. Acessado em 03/12/2018

entrevistas realizadas com os organizadores, a RCPS já foi a segunda maior roda cultural do Rio de Janeiro, menor apenas que a Batalha do Tanque, em Jacarepaguá.

Em 2017, a Liga das Rodas Culturais, movimentos de MCs, Bboys, grafiteiros e demais artistas de todo o Estado do Rio de Janeiro, construíram um projeto que tinha como principal objetivo desburocratizar a produção dos eventos e acabar com a repressão policial. Esse projeto foi apresentado à Assembleia Legislativa e aprovado por unanimidade, tornando a realização das atividades menos burocráticas (as rodas de hip hop só podiam ocorrer após autorização da Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiros), além de transformar o hip hop em cultura imaterial do Estado.¹²

Marcelo Freixo e Zaqueu Teixeira foram os deputados responsáveis por apresentar o projeto de lei na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Freixo (2017) após a aprovação e criação da “Lei Hip hop é Rua” declarou em seu site que o projeto é essencial para democratizar o espaço citadino e valorizar a cultura popular. Afirmou ainda que a inserção do hip hop na pasta pública é o início do processo de legitimação do movimento. “Os grupos de hip hop são perseguidos, por isso esse é um passo a mais para que essa cultura viva e a juventude possa ter seus espaços de manifestações reconhecidos”. Em seu site destaca os objetivos da lei.

O principal objetivo é acabar com a repressão e desburocratizar a realização de eventos. Atualmente, as rodas de hip hop só podem ocorrer após autorização da Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiros. [...] A iniciativa também permitirá construir políticas públicas de fomento às manifestações, estimular a economia e levar o Hip hop para dentro das escolas públicas como atividade cultural e pedagógica. (FREIXO, 2017)

A RCPS foi uma das que construiu e assinou o projeto da Lei Hip hop é Rua e de acordo com o entrevistado 1, aconteceram mudanças reais na roda desde a implementação da lei. O entrevistado afirma que foi construído um diálogo com as forças de segurança do município e que hoje não existem mais problemas de repressão policial. Porém, de acordo com o entrevistado 1, nenhuma estrutura foi disponibilizada para a realização dos eventos, tão pouco, investimento financeiro. Sem apoio, os jovens organizadores conseguem dinheiro através da contribuição coletiva dos frequentadores.

Entrevista 1:

“[...]Mas não adianta eles me darem uma praça e quererem que eu faça por eles o trabalho público, eles tem que me dar o

¹² Disponível em: <https://www.marcelofreixo.com.br/blog/hip-hop-e-declarado-patrimonio-cultural-imaterial-do-estado-do-rio-de-janeiro>. Acessado em 07/11/2018.

mínimo de estrutura. Polícia, policia a gente tem aqui e... ao contrário das outras rodas que sofrem uma repressão policial muito forte... devido drogas... cultura underground tem disso. Tem bebida, tem droga. Por isso que a gente evita... qual era o jeito da gente fazer um dinheiro aqui? Era vender bebida. Mas 70% do nosso público é menor. Como que eu vou vender bebida pra menor? Eu vou tá fazendo mais do mesmo, vendendo algo falso. Então pra gente cobrar, a gente não pode fazer. Então a gente não vende bebida alcoólica. E o que que a gente faz? A gente faz o famoso chapéu¹³. [...] A maior dificuldade que as rodas sofrem é a financeira, né? Não adianta nada você reunir as pessoas na praça e não ter dinheiro pra botar um som, chamar um cara pra cantar e não ter dinheiro nem pra pagar a passagem, uma água pra ele.”

Ainda que os organizadores da Roda Cultural da Praça do Skate tenham decidido por não comercializarem bebidas alcóolicas por compreenderem que grande parte dos frequentadores são menores de idade, o consumo de bebidas acontece. Os jovens compram em outros lugares e consomem no local. De acordo com os entrevistados, também é comum o uso de outras substâncias. Essa pesquisa não pretende expor os membros das Rodas e essa afirmativa é feita para classificá-las enquanto território de diferentes experimentações socioculturais.

Quando perguntados sobre a estrutura do espaço e do evento, todos os entrevistados afirmaram que a roda ainda não possui todos os aparatos necessários – como banheiros, lonas, caixas de som mais potentes – mas que isso não torna a atividade menos interessante. Uma das entrevistadas afirma que “a prefeitura nunca vai dar nada pra nós. Eles só aparecem aqui em época de eleição pra dizer que vão fazer... mas é isso aí, nunca fizeram nada por nós.”(Entrevista 3).

Ainda pensando as políticas públicas, investimentos e incentivos destinados à cultura jovem periférica, foi questionado sobre a participação dos e das jovens em espaços de arte e cultura. A intenção era compreender a frequência da inserção das atividades artísticas no cotidiano juvenil e se há multiplicidade de alternativas de espaços.

Entrevista 7:

¹³ “Chapéu” é o método de recolher dinheiro, utilizando um chapéu como suporte, dos participantes do evento.

“Tem muita gente que mora nessa cidade que nem sabe que existe esse evento aqui. Então precisa mesmo é que a galera venha pra rua. No meu município [São João de Meriti] não rola tanta atividade cultural e de esporte, mas próximo [Nilópolis] rola. Tipo, tem a vila olímpica de Nilópolis lá perto da minha casa, tem a cachoeira de Mesquita, tem várias coisas que acontecem aqui também. Sarau em Nova Iguaçu, também têm as rodas de lá...”

Entrevista 1 (produtor da RCPS):

“Opção cultural em São João de Meriti? (risos) Não tem opção cultural em São João. Eu fui, na gestão passada, com Sandro Matos¹⁴, numa reunião. Tinha lá, a secretária de cultura era a Fernanda Braga. Aí eu conversando com ela, pra gente aprovar um projeto... aí ela disse que nunca aprovou projeto nem dela por São João. Agora o secretário de Cultura de São João é o Waguinho¹⁵. Que que o Waguinho sabe de cultura?¹⁶ Tá me entendendo? Então, não... a gente tem a roda cultural, é nossa opção de cultura. Somos nós que fazemos a nossa opção de cultura. Mas é assim em vários lugares, não é só em São João. Mas São João especificamente é muito abandonado.”

Em sequência, buscou-se compreender a relação entre os moradores do entorno da praça e as atividades.

Entrevista 8:

“Aqui rolava tráfico de drogas, aqui na praça do skate. Quem é morador de São João sabe. E a praça era muito conhecida pelos assaltos, né? E quando a roda começa os assaltos para. E quando a roda sai, eles voltam, entendeu? Tem que dar movimento, tem que deixar cultura. Porque onde não tem

¹⁴Sandro Matos foi prefeito de São João de Meriti de 2008 a 2016.

¹⁵Wagner Bastos, conhecido como Waguinho, foi secretário de cultura do município na gestão que teve início em 1º de janeiro de 2017 e ocupou o cargo até 1º de novembro de 2018. Em informações obtidas no site da prefeitura e pelo telefone disponível para informações, houve troca de secretaria e quem ocupa o cargo desde novembro é Marcelo Rosa.

¹⁶Segundo informações obtidas junto às entrevistadas e aos entrevistados, a gestão de Wagner Bastos foi caracterizada por se restringir aos interesses particulares de seu grupo político e não dialogou com interesses gerais da população do município. Além disso, Wagner Bastos, que antes era cantor de pagode e hoje é pastor em uma igreja neopentecostal (Assembleia de Deus dos Últimos Dias, conhecida popularmente como “Igreja do Pastor Marcos”).

cultura, reina a violência, isso é fato! É fato, irmão! Reina a ignorância.”

Entrevista 1:

“Acho que hoje em dia tá melhor, já foi bem pior. No começo eles queriam embarreirar por conta do som e tal, mas ela [a roda cultural] movimentou o comércio aqui. A tia ali vende pizza, o cara vende cerveja. Além de movimentar pessoas também.”

A fim de compreender como as Rodas Culturais fazem parte do processo de formação das identidades desses jovens, e de acordo com as perspectivas apresentadas anteriormente nesta pesquisa – que configuram as organizações das juventudes em busca de um processo de legitimação social a partir do encontro com seus pares – lhes foi perguntado: “Qual é a importância das Rodas Culturais para sua vida?”

Entrevista 2:

“a importância que a roda tem pra mim, é de unir a galera do mesmo bairro, da mesma cidade. Porque aqui, quando tem roda, a gente encontra maior galera, que é a galera do bairro de verdade [...] que marca, troca ideia, fuma, faz o que for. Essa conexão entre a gente é muito importante, é demais.”

Entrevista 3:

“A roda é um dos lugares que eu mais me sinto à vontade pra ser quem eu sou. Porque nelas você encontra de tudo, aqui ninguém vai julgar ninguém por ser você. Todo mundo é diferente, mas todo mundo é parecido, sabe? É um lugar que eu sempre busco ir pra demonstrar as minhas atitudes pessoais sem ser olhada com diferença pelos outros.”

Através das entrevistas também buscou-se compreender a relação desses jovens com os processos de normatização impostos pelos adultos e familiares e como eles utilizam os espaços da roda para legitimar as suas experiências e experimentações do mundo. De acordo com Stuart Hall (2014), é a partir da compreensão da diferença dos outros grupos sociais que os indivíduos reconhecem e legitimam as semelhanças com os membros do seu próprio grupo.

Entrevista 4:

“Às vezes, pra sociedade eu não sou suficiente. Eu não sou agradável aos olhos deles. E aqui não, eu sei que ninguém vai me olhar. Eu moro em Belford Roxo, aí venho pra cá de ônibus, as pessoas ficam me olhando curiosas, com olhos estranhos, porque eu estou com umas roupas diferentes, sabe? Como eu sempre gosto de me vestir. Mas na roda ninguém te olha torto, você sabe que é aquela roupa especial, que tem um pouco da raiz do movimento, é maravilhoso.”

Os espaços de arte e cultura também são espaços de aprendizagem. O hip hop é um movimento que unifica a arte e a política e, desta forma, tem a potencialidade de se constituir enquanto um lugar de educação não formal e de formação do pensamento crítico para os jovens frequentadores. Outro questionamento levantado por essa pesquisa foi sobre como a participação nas rodas culturais influenciaram nas perspectivas de vida e na forma de enxergar o mundo.

Entrevista 5:

“Aqui na roda a gente fala de várias paradas que não fala em outros lugares, tá ligada? Tipo, o mano ali tava fazendo um rap sobre racismo. Eu não admito racismo no Brasil, porque todo mundo aqui é preto e é branco ao mesmo tempo. Até o cara que é muito negão é meio branco e vice e versa.”

Entrevista 6:

“Teve um dia que eu fui em uma batalha de mina¹⁷ lá em Nova Iguaçu. A gente não dá nada pro Rap que as mina faz, mas aí, quando vê, elas são fudas. Pra gente que é homem, essas coisas de machismo passam despercebidas, mas a gente tem que ouvir elas, aprender com elas. Tem muito cara aqui que não dá moral pras garotas, não vou mentir, eu também não dava. Porque a gente é ensinado assim, né? Aí tem que aprender com elas. Ah! Vou te apresentar uma mina muito foda pra você entrevistar...”

¹⁷ Batalha é a disputa, através do Rap, entre os MCs.

Um diálogo entre os entrevistados despertou interesse, pois provocou a possibilidade de reflexão a respeito do sentimento de pertencimento à Baixada e, talvez, da dificuldade e da falta de possibilidades de se frequentar outros espaços sociais. Quando questionados sobre frequentarem ou não rodas culturais ou outros eventos na capital do Rio de Janeiro, dois jovens entraram em desacordo a respeito do trajeto entre São João de Meriti e a praia. “Vocês frequentam a cidade do Rio de Janeiro para algum tipo de atividade de lazer?”

Entrevistado 7:

“Tem a roda cultural do Meier, a roda cultural de Botafogo. Eu frequento algumas, gosto da batalha da Central, que é toda quarta-feira e é bem prático, né? Pra quem é aqui de São João, porque tem o ramal Belford Roxo, né? O famoso ramal do calote¹⁸, que facilita um pouco a nossa ida. Então eu frequento bastante, mas não tanto quanto eu gostaria. Mas frequento duas ou três vezes por mês.”

Entrevistado 6:

“Pô, eu vou mais nas rodas daqui da Baixada mesmo, tá ligada? Porque é mais perto de voltar. Ir pro Centro é ruinzão, tem que pegar ônibus, metrô, trem. Às vezes eu vou, mas tipo, pra ir pra praia, é tipo o quê? Umas uma hora e meia até a Central e depois mais uma hora, uma hora e pouco até a praia.”

Entrevistado 7 interrompe:

“Tá maluco cara? De metrô é uma hora e meia até a praia!”

Entrevistado 6:

“Ah, sei lá. Tem que ir pra Estácio, mudar de metrô. Eu prefiro ficar mais pela Baixada, mesmo!”

Essa pesquisa compreende que o estudo acadêmico de grupos, cotidianos, costumes e práticas sociais se torna esvaziado de sentido caso não haja diálogo com quem os produz e vivencia. Todos os entrevistados demonstraram alegria ao

¹⁸ Calote no trem é a prática de entrar na estação por rotas alternativas, geralmente buracos nos muros, a fim de não pagar passagem.

participarem das entrevistas e afirmaram achar importante que suas relações cotidianas em seu território sejam conhecidas por pessoas que não frequentam o lugar, a fim de desmitificar suas práticas. Todos autorizaram a publicação e o uso das suas respostas, porém, alguns exigiram que não fosse produzido apenas uma pesquisa acadêmica escrita e que gostariam de participar de um documentário que pudesse ser exibido na roda cultural, pois, deste modo, estaria em maior diálogo com os interesses dos frequentadores da praça. De acordo com eles, é mais fácil o documentário atingir os jovens da praça do que um trabalho escrito.

CONCLUSÃO

De certo, os objetos e sujeitos desta pesquisa são amplos, diversos e podem ser observados a partir de diferentes perspectivas. Existem fatores sociais, culturais, políticos e econômicos que perpassam todos os eixos abordados neste estudo. Desta forma, é necessário escolher por qual perspectiva serão avaliados os processos e intertextualidades entre os jovens, as atividades culturais e a cidade. Esta pesquisa não se propõe a criar juízo de valor e tão pouco fundamentar uma dualidade entre certo ou errado, arte ou não arte. Buscou-se compreender como são construídos os mecanismos de organização, invenção e reinvenção dos processos de legitimação das identidades individuais e coletivas dos jovens das rodas culturais, a partir da relação com as dinâmicas sociais e territorialização do espaço citadino ao qual estão inseridos.

As regiões periféricas e os subúrbios são consequências de um processo de expansão que não se preocupa com os sujeitos que não podem ocupar as regiões centrais. Por consequência, milhares de pessoas vivem em situações e regiões onde os seus direitos humanos e constitucionais não são assegurados plenamente. Dando destaque à Baixada Fluminense – região a qual foi criado um espectro de território da violência– esses jovens vivenciam processos de distanciamento e deslegitimidade social. Ora por serem jovens que vivem em uma sociedade adultocentrada e normatizadora, ora por serem moradores de uma região estigmatizada como pobre, distanciada, violenta e nada mais.

A dificuldade de acesso às instituições de educação, de cultura e o não direito pleno à cidade criam condições específicas e exigem que esses sujeitos construam demandas a partir das suas possibilidades. No entanto, não podemos supor que, por conta desses processos, os habitantes das periferias, subúrbios e regiões pobres sejam indivíduos estáticos, pois, para existirem nesta sociedade, esses jovens criam seus próprios territórios, suas próprias verdades e experimentações da cidade e da vida.

As rodas culturais não servem apenas como um espaço de lazer momentâneo. Elas ocupam parcela significativa das relações cotidianas desses jovens que utilizam o espaço urbano como palco para concretização das suas demandas sociais. É nesse espaço citadino que garotas e garotos constroem suas próprias narrativas e inventam suas próprias histórias sobre o que é ser uma ou um jovem morador da Baixada Fluminense. As rodas culturais são eventos para ouvir música, mas também para encontrar a galera, para desfilar suas roupas estilosas, para aprender sobre o combate

às opressões, para namorar, para sair um pouco de casa. É o território onde essa juventude pulsante cria alternativas criativas ao estigma ao qual foi submetida ao longo de sua história.

As linguagens artísticas são ferramentas para que o movimento hip hop seja construído e desenvolvido. Elas dão sentido ao momento vivido e ao corpo físico. A música, a dança e o grafite são instrumentos de comunicação, de trocas de mensagens. Os raps carregam palavras de resistência, de paz, de combate ao racismo e ao machismo, mas também falam sobre dinheiro, sobre fama, sobre consumo – desejos de transformação das suas realidades.

O hip hop é um movimento que cria um espaço de sociabilidade que esta juventude não encontra nos espaços formais ou dos adultos. São espaços coletivos que permitem experimentações diferentes das que esses jovens praticam na escola ou em casa. Esse processo é fundamental para a formação dos seus símbolos e para responder às suas necessidades juvenis.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, José Cláudio Souza. Baixada Fluminense: reconfiguração da violência e impactos sobre a educação. Movimento: Revista de Educação. Faculdade de Educação – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense. ano 2, nº 3, 2015. p. 1-28.

ARRUDA, Marcos. Situando a Economia Solidária. In: Economia Solidária: desafios para um novo tempo. Fundação Luiz Eduardo Magalhães. Salvador: FLEM, 2003.

BARBOSA, Patrícia. Rap e identidade social: um estudo de caso. Brasília : Editora UNB, 2005

BRANDÃO, C. A. Vocação De Criar: Anotações Sobre a Cultura e as Culturas Populares. Cadernos de Pesquisa, v.39, n. 138, p.715-746, set./dez. 2009.

CARLOS, Ana Fani. A privação do urbano e o “Direito à Cidade em Henri Lefebvre. In: Justiça Espacial e o Direito à Cidade. – São Paulo : Contexto, 2017.

CANCLINI, Nestor García. Definiciones em transición. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

CURA, Tayanne Fernandes. Tramas do rap: um olhar sobre o movimento das rodas culturais e a questão de gênero nas batalhas de rima e slams de poesia do Rio de Janeiro. Intercom.Paraná, 2017.

DAMATTA, Roberto. Você tem cultura?. Jornal da Embratel, Rio de Janeiro, 1981.

DAYRELL, Juarez. O rap e o funk na socialização da juventude. São Paulo. Educação e pesquisa, v. 28, n. 1, p. 117-136, jan./jul. 2002

_____. CARRANO, Paulo César R. Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo. Rio de Janeiro, 2003.

DOMINGUES, Álvaro. (Sub)úrbios e (sub)urbanos: o mal-estar da periferia ou a mistificação dos conceitos? Revista da Faculdade de Letras, Porto, Geografia, I Série, v. X/XI, p. 5-18, 1994-1995.

DUPRET, Leila. Jovem da Baixada Fluminense, religião de matriz afro-brasileira e subjetividade: um entrelaçamento à luz da complexidade. In: SYSS, Ahyas. Diversidade étnico racial e educação superior brasileira. Quartet Editora e UFFRJ Editora, Rio de Janeiro, 2008. p. 65-83.

FIGUEIRÊDO, Maria Aparecida. Gênese e (re)produção do espaço da Baixada Fluminense. Revista geo-paisagem. ano 3, n 5, 2004. Disponível em: <<http://www.feth.gif.br/baixada.htm>>, acesso em 22 dez. 2017.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós Modernidade. 9ºed, Rio de Janeiro: DP&A, 2004.a

_____. Quem precisa da identidade? In: TADEU DA SILVA, Romaz (org.) Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Vozes, 2014.b

HARVEY, David. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo: Hucitec. 1980.

LEFEBVRE, Henri. O DIREITO À CIDADE. São Paulo: Centauro, 2001

MACHADO, Rubens da Mota. Nas terras dos Barões: Repensando a estrutura agrária de Iguaçu na segunda metade do oitocentos. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas. 2014.

MARINO, A. CULTURA, PERIFERIA E DIREITO À CIDADE: coletividade em São Paulo e Bogotá. Revista Políticas Públicas & Cidades, v.3, n.3, p.4 – 25, set/dez, 2015.

MARX, K. O Capital: Crítica da economia política, Livro 1. Nova Cultural, São Paulo, 1988.

MOREIRA, Jader Arierom da Silva. OS JOVENS, O MOVIMENTO HIP-HOP E A APROPRIAÇÃO DA CIDADE. II ColoquioNugea. Minas Gerais, 2016.

PALLONE, Simone. Diferenciando subúrbio de periferia. Cienc. Cult., São Paulo, v. 57, n. 2, abr./jun. 2005.

PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani do. FAVELA, PERIFERIA E SUBÚRBIO, TERRITÓRIOS DA DIFERENÇA. Abralic, 2017.

PIRES, Lucineide Mendes. Os jovensna/da cidade: da cultura geográfica ao direito à cidade. In: CAVALCANTI, Lana de Souza; CHAVEIRO, Eguimar Felício; PIRES, Lucineide Mendes (Org.). A cidade e seus jovens. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2015.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. Marcos Aurelio Saquet, Eliseu Savério Sposito (organizadores) --1.ed.-- São Paulo : Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

ROCHA, André Santos. “Nós não temos nada a ver com a Baixada!” – problemáticas de uma representação hegemônica na composição do território. *Recôncavo: Revista de História da UNIABEU*, ano 3, n 4, Jan - Jul de 2013.

SANTOS, Graciete. Economia solidária e feminista. Um encontro possível. *Fórum Brasileiro da Economia Solidária*, p. 1-18, 2010.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos em Geografia* – 6. Ed.2. reimp – São Paulo. Editora Usp: 2014

SANTOS JUNIOR, Orlando. A Produção Capitalista do Espaço e os Conflitos Urbanos. In: *Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais / organização Orlando Alves dos Santos Junior ... [et al.]*. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2017. 11-16

SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. *Geosp*, São Paulo, v. 32, p. 89-109, 2012.

SEBRAE, Painel regional: Baixada Fluminense / Observatório Sebrae / RJ. -- Rio de Janeiro : SEBRAE/RJ, 2015.

SILVA, Lucia. Baixada Fluminense como vazio demográfico? População e território no antigo município de Iguaçu (1890/1910). *R. bras. Est. Pop.*, Belo Horizonte, v.34, n.2, p.415-425, maio/ago. 2017a

SILVA, Lucia. De Grande Iguaçu à Baixada Fluminense: Formação econômica e urbana de uma região. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Niterói, 28, 29 e 30 de Agosto, 2017b. p.1-12.

SOARES, Maria Teresinha de Segadas. Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, vol. 2, n. 24, 1962.

SOUZA, Rose Mara v. de. Cultura Hip Hop, Identidade e Sociabilidade: estudo de caso do movimento em Palmas. *Biblioteca online de ciências da comunicação*. Covilhã: LABCOM, 2006. P 01 – 13

SOTO, Willian Héctor G. Subúrbio, periferia e vida cotidiana. *Estud. Soc. Agric*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 109-131, 2008.

TAKEITI, Beatriz. Juventude(s), modos de subjetivação e violência: um diálogo com aportes de Michel Foucault. In: SPINK, MJP. FIGUEIREDO, P, and BRASILINO, J. (orgs). Psicologia social e personalidade [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; ABRAPSO, 2011, p. 59-75.

TEIXEIRA COELHO, José Neto. Dicionário Crítico de Política Cultural. São Paulo: Iluminuras, 1997.

TEPERMAN, Ricardo. Se liga no som: as transformações do rap no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: Individualismo e cultura. 1981.

WHYTE, Foote. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar. Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

WOODWARD, Kthryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. SILVA. Tomaz Tadeu (org). Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.